



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Administração Pública		
Reunião: 17ª Ordinária	Sessão legislativa: 3ª	Legislatura: 19ª
Data: 7/6/23		
Horário de início: 13h33min		Horário de encerramento: 16h38min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência remota do vereador Wilsinho da Tabu, que registrou a presença dos vereadores Roberto da Farmácia, Cláudio do Mundo Novo e Wagner Ferreira, o último em presença remota, reuniu-se a comissão.

O vereador Cláudio do Mundo Novo assumiu a presidência.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária, realizada em 24/5/23.

Após aprovação, por unanimidade, da inversão da ORDEM DOS TRABALHOS, passou-se à apreciação do seguinte item:

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.485/23 - pedido de informação à “Prefeitura de Belo Horizonte”, à “Secretaria Municipal de Governo”, à “Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica” e ao “secretário de Obras e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Infraestrutura” para “obter informações em relação ao Parque Fernão Dias, na região Nordeste de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

O presidente registrou a presença remota do vereador Rubão.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.486/23 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,” para “obter informações referentes a área existente a Rua Doutor Sette Câmara (em frente ao nº 480) e a Av. Raja Gabágliã, nas proximidades do Hospital Madre Teresa e do 4º Batalhão do Exército”. Autoria: vereador José Ferreira.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.487/23 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,” para “obter informações sobre área existente na Rua Guararapes, nº 1800, entre as ruas Jacareí e Muquiçaba”. Autoria: vereador José Ferreira.

Registre-se a presença da vereadora Loíde Gonçalves, que não faz parte da comissão.

Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.488/23 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,” e à “secretaria municipal de Obras e Infraestrutura, na pessoa do secretário Leandro César Pereira,” para “obter informações sobre o projeto de revitalização e reforma da Praça João Pessoa”. Autoria: vereadora Marcela Trópia.

Aprovado por unanimidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5) Requerimento de Comissão nº 1.500/23 - pedido de informação ao “secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SMPOG), André Abreu Reis,” para “obter as seguintes informações sobre SMASAC/SUAS-BH: 1. Qual o cronograma de nomeação do concurso público da SMASAC 02/2022 - analista de políticas públicas homologado no dia 17 de maio de 2023? 2. Quais são os números de contratados, cargos vagos e de profissionais que exoneraram/aposentaram?”. Autoria: vereadores Bruno Pedralva e Pedro Patrus.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 1.501/23 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Jorge Noman Filho,” ao “Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Leandro César Pereira,” e ao “Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), Henrique de Castilho Marques de Sousa,” para “obter informação sobre obra a ser realizada no bairro Tupi”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 1.502/23 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte Fuad Noman” e ao “secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão do município de Belo Horizonte, André Reis,” para “obter informações sobre o quadro de Agentes Executivos Governamentais da prefeitura de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Flávia Borja.

Aprovado por unanimidade.

EM SEGUNDO TURNO: 8) Projeto de Lei nº 1.358/14 - “Institui a Política Municipal de Informação e Orientação aos Idosos sobre Previdência Social e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assistência Social no Município e dá outras providências”. Autoria: vereador Jorge Santos.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Roberto da Farmácia, pela aprovação da Emenda nº 1.

O presidente registrou a presença da vereadora Iza Lourença e do vereador Bruno Pedralva, que não fazem parte da comissão.

9) Projeto de Lei nº 146/17 - “Dispõe sobre a Segurança e a Proteção Municipal Preventiva pela Guarda Municipal nos principais Centros comerciais do Município”. Autoria: vereador Álvaro Damião.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Wagner Ferreira, pela rejeição da Emenda nº 1.

10) Projeto de Lei nº 444/17 - “Determina a obrigatoriedade de distribuição de protetor e bloqueador solar pelo Município de Belo Horizonte para pessoas com deficiência de albinismo e dá outras providências”. Autoria: vereador Helinho da Farmácia.

O vereador Wilsinho da Tabu discutiu o projeto de lei.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Rubão, pela rejeição da Emenda nº 1. O presidente registrou que o vereador Rubão não manifestou voto por problema de comunicação.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência à comissão do recebimento de ofícios em resposta aos requerimentos de comissão nºs 908 e 1.042/23.

A vereadora Loíde Gonçalves assumiu a presidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Rubão retomou a comunicação e informou que sua conexão havia caído.

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Finalidade: discutir a situação das professoras e dos professores aposentados, os planos de carreira, a tabela salarial, a legislação a respeito de paridade e a retirada de níveis da carreira
Requerimento de Comissão nº: 909/23
Autoria: vereadora Loíde Gonçalves

Compuseram a mesa, sendo os dois últimos em presença remota: a) o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte - Sind-Rede/BH, Wanderson Rocha; b) a representante do Coletivo de Aposentadas do Sind-Rede/BH, Mônica Maria de Souza; c) a professora municipal de Educação Infantil, Rosilene Barros, d) o representante da Secretaria Municipal de Educação - Smed, César Moura e e) o secretário municipal adjunto de Planejamento, Gestão e Finanças, Afonso César Renan Barbosa.

A presidenta expressou seus sentimentos ao vereador Pedro Patrus, em razão do falecimento de sua mãe.

Às 13h58min, a presidenta suspendeu a reunião por 5 minutos.

Às 14 horas, a comissão retomou os trabalhos.

A vereadora Iza Lourença disse que esta é a quarta semana que os trabalhadores da Educação ocupam a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - em prol da valorização profissional da categoria. Acrescentou que o tema da audiência é algo grave e que constitui manobra, feita pela PBH, no ano passado, para conceder reajuste de valor inferior às professoras e aos professores aposentados, em relação aos profissionais da ativa. Fez referência a requerimento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que enviou à PBH solicitando informações sobre o pagamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb. Sobre a impossibilidade de recursos do Fundeb serem utilizados para pagamento de aposentados, disse que o Fundeb pode custear o pagamento de professores da ativa e, assim, possibilitar que recursos próprios da PBH sejam destinados aos aposentados. Sobre 23 milhões de reais gastos pela PBH em aquisição de determinada apostila, informou ter enviado pedido de informações para saber a razão dessa aquisição. Disse considerar que a decisão da PBH de conceder reajuste inferior aos aposentados não foi tomada por falta de recursos financeiros, e sim por uma decisão política. Comunicou ter feito uma emenda ao projeto de lei referente ao reajuste salarial dos professores para corrigir essa manobra feita no ano passado. Solicitou apoio dos demais parlamentares para assinarem a emenda e para que ela seja aprovada. Afirmou que a aposentadoria deve ter sua paridade respeitada, e não manipulada, como fez a PBH.

A presidenta exibiu vídeo, enviado pelo Coletivo de Aposentadas do Sind-Rede/BH, contendo afirmação do prefeito Fuad Noman sobre compromisso com a categoria.

O vereador Bruno Pedralva disse considerar legítima a luta dos aposentados e afirmou ser necessário que a PBH escute a solicitação da categoria. Disse que, em razão de seus pais serem aposentados, compreende e vive na pele essa luta. Afirmou que a maneira como a PBH trata a Educação e o servidor aposentado do Município revela uma política contra a previdência e contra os servidores. Disse que o reajuste inferior para os aposentados constitui uma



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

dívida histórica da PBH que deve ser paga. Afirmou que não se aceitará que aposentadas e aposentados paguem contribuição previdenciária. Parabenizou a categoria pela luta.

Wanderson Rocha expressou pesar, em nome do Sind-Rede/BH, ao vereador Pedro Patrus. Sobre o tema da audiência, disse que esse debate vem sendo enfrentado desde que o governo assumiu o pagamento do piso nacional da Educação. Explicou que o índice do piso nacional deveria ser aplicado em todos os níveis da carreira. Disse que essa luta começou em 2018, quando a categoria conseguiu iniciar o processo de equiparação salarial entre professores da Educação Infantil e professores da Educação Fundamental. Explicou que, em 2020, alguns professores começaram a receber valores abaixo do piso. Disse que os níveis 1 e 2 da carreira foram retirados e os professores daqueles níveis foram reenquadrados no nível 3. Afirmou que, no ano passado, por não ter havido política de valorização profissional, os professores que foram enquadrados no nível 3 e os que estavam posicionados até o nível 7 já estavam abaixo do piso. Disse que a PBH retirou esses níveis e reposicionou no nível 8 os professores da ativa e aposentados que neles estavam. Afirmou que o problema, debatido durante a greve da categoria ocorrida em 2022, foi que a PBH manteve a lógica de mexer na carreira e, em vez de aplicar o índice do piso para todos, professores da ativa e aposentados, aplicou-o apenas para os da ativa. Disse considerar que isso é uma quebra do direito à paridade. Declarou que os professores aposentados passaram meses comparecendo a esta Casa durante a apreciação da matéria e, ainda assim, a Casa legitimou uma quebra da carreira. Declarou que isso gerou agravamento do distanciamento salarial para os aposentados. Afirmou que a PBH possui recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

financeiros para resolver a questão, pois o governo federal tem aumentado a sua participação no Fundeb. Disse que esse recurso poderá ser utilizado para a política de valorização do pessoal da ativa e que o recurso próprio da PBH poderá ser utilizado no processo de valorização das professoras e dos professores aposentados. Declarou lamentar a ausência da presença física do secretário municipal de Planejamento e do secretário municipal de Educação nesta audiência. Disse que a PBH encerrou o diálogo e só cabe a esta Casa corrigir o erro histórico cometido pela PBH. Comunicou ter enviado, para alguns parlamentares e com o objetivo de obter assinaturas, emendas, sugeridas pelo Sind-RedeBH, ao projeto de lei de reajuste da categoria, para corrigir esse erro histórico. Acrescentou que as referidas emendas contêm, além disso, a solicitação de que o Vale-Cultura seja concedido também aos professores aposentados. Solicitou apoio aos parlamentares para que, até o primeiro turno da votação do projeto, a categoria consiga agendar reunião com o prefeito Fuad Noman para que ele honre seu compromisso com a categoria, conforme dito no vídeo exibido. Expressou sua expectativa de que nesta audiência pública seja definida a data da reunião do coletivo dos professores aposentados com o prefeito Fuad Noman. Declarou que, caso o prefeito não se comprometa com as solicitações da categoria, o Sind-Rede/BH estará presente todos os dias, nesta Casa, trabalhando para que as emendas sugeridas sejam aprovadas.

A presidenta anunciou a presença remota do subsecretário municipal de Gestão Previdenciária, Gleison Pereira de Souza, e do representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Sérgio Kumpfer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Mônica Maria expressou seus sentimentos ao vereador Pedro Patrus e ao deputado federal Patrus Ananias, em virtude do falecimento de Vera Victor. Disse lamentar a saída do vereador Cláudio do Mundo Novo desta audiência, em razão de ele, certamente, nem se lembrar de que votou contra os professores. Afirmou que, na época, a categoria esteve nesta Casa explicando a todos os parlamentares a manobra feita pela PBH e, ainda assim, esta Casa aprovou a manobra. Acrescentou que o vereador Pedro Patrus, as então vereadoras Macaé Evaristo, Bella Gonçalves e Duda Salabert, as vereadoras Iza Lourença, Professora Marli e Marilda Portela e o vereador Álvaro Damião foram os únicos parlamentares que votaram favoravelmente à categoria. Reafirmou a existência e o conteúdo das emendas sugeridas pelo Sind-Rede/BH, às quais Wanderson Rocha se referiu. Disse que, quando a PBH cometeu a ilegalidade de conceder dois níveis somente para os professores da ativa, gerou uma diferença salarial de 10,25% para os aposentados e que essa diferença precisa retornar para o salário dos aposentados. Citou caso de poucos professores com nível superior que estão recebendo como se fossem de nível médio e solicitou que a PBH resolva, administrativamente, essa questão. Sobre o Vale-Cultura, reafirmou haver a proposta de que ele seja estendido para os aposentados. Afirmou que o prefeito Fuad Noman não cumpriu o dever de manter a paridade dos professores aposentados. Citou o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41. Disse que o dispositivo prevê que os proventos de servidores aposentados e as pensões de seus dependentes serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver reajuste para os servidores da ativa. Acrescentou que aos aposentados também deverão ser estendidos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos para os da ativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Declarou que, conforme o dispositivo constitucional, a reivindicação dos aposentados é legal. Afirmou que o aumento da diferença salarial entre ativos e aposentados de mesmo nível tem aumentado. Disse considerar que a prática adotada pela PBH foi uma estratégia para que não fosse concedido, aos aposentados, o reajuste referente ao piso nacional. Solicitou que esse erro seja revisto e que seja corrigida a injustiça. Afirmou que, em razão dessa ilegalidade cometida pela PBH, os professores da ativa iniciam a carreira no nível 12, sem percorrer os níveis antes percorridos pelos aposentados e que, por isso, a diferença salarial aumentou muito. Disse que o professor já se aposenta com perda salarial, pois entra em um plano de carreira que não corresponde mais ao plano de carreira da ativa, pois os níveis foram estendidos para o pessoal da ativa. Declarou haver a sensação de que o poder público, ao descumprir a lei, abandonou os aposentados. Solicitou que a PBH se comprometa a não mais alterar os níveis da carreira e que o prefeito Fuad Noman reúna-se com os professores aposentados. Expressou sua insatisfação com o não comparecimento presencial dos representantes do Executivo. Citou frase do educador Paulo Freire sobre esperança e declarou: “da luta, não aposentamos”.

A presidenta disse considerar triste e desumana a utilização de manobra com o plano de carreira para prejudicar uma classe de servidores que, por tantos anos, lutou pela Educação. Declarou que, no ano passado, a CMBH cometeu um erro ao aprovar essa manobra e que é preciso que isso seja revertido.

Sérgio Kumpfer disse que, nos últimos seis anos, a CNTE tem acompanhado a luta de entidades de classe por todo o País, desde que foi iniciado um ataque às políticas públicas. Citou as reformas trabalhista e previdenciária,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

entre outras ações, como ações que buscaram atingir a classe trabalhadora. Afirmou que a intenção era que o trabalhador tivesse menos direitos, trabalhasse por mais tempo e, ao se aposentar, recebesse menos e ainda continuasse a pagar a contribuição previdenciária. Declarou que a reforma previdenciária abriu a porteira para que os poderes executivos realizassem confisco dos proventos dos aposentados, por meio da obrigação de pagamento da contribuição previdenciária após a aposentadoria. Disse que isso aconteceu em vários locais. Acrescentou que muitos entes públicos apostam na terceirização dos serviços, não corrigem os salários, não convocam concursados e ainda devem para os regimes de previdência. Afirmou que os servidores concursados são os que sustentam a previdência social e que, portanto, os governos criaram problemas e depois responsabilizaram os servidores. Disse considerar que não é justo o que tem acontecido com os aposentados. Declarou que o piso nacional foi mantido apenas para os professores, mas a luta da CNTE é pelo piso nas carreiras, ou seja, a correção do piso para todos os profissionais da Educação. Afirmou que o golpe dos gestores públicos visa transformar o piso em teto, por meio de alterações em níveis dos planos de carreiras. Declarou que o pior exemplo disso é o Estado do Rio Grande do Sul. Disse considerar esse Estado como um péssimo exemplo de gestão para a educação pública. Afirmou que o piso nacional foi uma grande conquista obtida em 2008, mas, ainda assim, o País figura entre as piores nações em relação à remuneração do magistério de nível básico. Acrescentou que muitos governos atacam os direitos dos trabalhadores para travar o caminho da elevação do nível das condições de trabalho dos professores. Expressou sua expectativa de que a maioria dos parlamentares da CMBH corrijam essa distorção e que o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Município não enverede pelo caminho da desvalorização da Educação. Disse que os aposentados querem ser respeitados como quem passou a vida inteira dedicando-se à Educação.

A presidenta afirmou que as professoras aposentadas não são de desistir e reafirmou a solicitação da categoria de agendar reunião com o prefeito.

Sergio Kumpfer disse que agendar uma reunião seria o mínimo de respeito do prefeito para com a categoria.

Rosilene Barros expressou sua solidariedade com a família Patrus. Falou sobre a história de luta dos professores da Educação Infantil em prol da unificação de carreira. Disse que a luta começou no ano de 2004 e somente agora, em abril de 2023, os servidores da ativa conseguiram uma carreira unificada. Acrescentou que, atualmente, os professores da Educação Infantil não se aposentam com paridade, pois só tem direito à paridade quem já era servidor público até o ano de 2003. Afirmou serem apenas 13 professores aposentados, da Educação Infantil, com direito à paridade. Explicou sobre a concessão de níveis, feita pela PBH, aos professores da ativa. Destacou o aumento da diferença salarial entre os professores da ativa e os aposentados da Educação Infantil e alterações, realizadas pela PBH, as quais disse considerar descumprimentos legais. Disse que todas as vantagens dos aposentados foram, aos poucos, sendo perdidas. Afirmou que o Município tinha uma Educação de referência que vai se perdendo, ao longo dos anos, em razão de falta de valorização dos professores. Destacou a necessidade de valorização da carreira.

César Moura solidarizou-se com a família Patrus. Disse que a Smed tem acompanhado as reivindicações dos aposentados. Declarou que a questão deve



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ser debatida no âmbito da secretaria municipal de Gestão Previdenciária. Mencionou a fala de Mônica Maria. Disse que a previsão de incorporação de benefícios decorrentes de transformação ou reclassificação de cargo ou função não consta mais na redação atual da lei. Acrescentou que a Emenda Constitucional nº 41 assegura reajustamento dos benefícios dos trabalhadores aposentados para preservar, de forma permanente, o seu valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. Explicou que houve uma mudança da situação, pois a Emenda Constitucional nº 20 garantia que alterações em razão de transformação ou reclassificação de cargos da ativa se estenderiam aos servidores aposentados. Declarou que Mônica Maria teria feito leitura da redação antiga do dispositivo constitucional.

A presidenta destacou a qualidade ruim do som da fala de César Moura e disse que a leitura de Mônica Maria foi do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41.

Wanderson Rocha disse que a lei municipal, aprovada no ano passado, reposicionou os professores da ativa que estavam em nível de valor inferior ao do piso e que isso deveria então ter sido feito também com os aposentados.

Gleison Pereira citou o texto constitucional que trata do direito à paridade. Disse que, desde seu surgimento, ocorreram debates em relação aos seus limites até o entendimento claro do seu significado. Afirmou que, se alguma norma não respeitar esse princípio, ela será derrubada pelo Judiciário, pois o direito à paridade é algo de entendimento certo por esse poder. Disse que isso não aconteceu na PBH. Explicou que a norma não fere o princípio geral da paridade, pois, se assim fosse, não teria sido aprovada pela CMBH e nem pela PBH. Destacou que, concordemos ou não, a lei não fere esse princípio. Afirmou que,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

quando se fala de gestão de carreiras, o debate, naturalmente, é diferente em relação à diferença dos seus atores. Destacou a necessidade de se compreender que, do ponto de vista previdenciário, a lógica conceitual da aposentadoria é manter o padrão de vida adquirido pelo servidor ao tempo de sua aposentadoria. Enfatizou que o foco é a manutenção do valor real de seus proventos, do poder aquisitivo, e não do crescimento, pois crescimento dá-se enquanto o servidor está na ativa. Declarou que esse é um pressuposto da questão previdenciária. Acrescentou que, ao se fazer análise de estruturação remuneratória que possa impactar na aposentadoria, deve-se pensar na lógica atuarial de longo prazo. Destacou que há dois fundos previdenciários no Município, administrados de forma paritária pelo governo e pelos sindicatos, e que há a obrigação de manter o equilíbrio atuarial dos fundos. Disse que, quando se faz, de tempos em tempos, a negociação salarial, a PBH dispõe de um volume de recursos para esse fim e que, a partir dessa disponibilidade de recursos é que se verifica o que será feito. Destacou que todos os sindicatos participam dessa negociação e que não se pode concluir o processo de negociação para depois pleitear algo mais. Afirmou que não houve nenhum descumprimento constitucional por parte da PBH e que a negociação salarial foi feita de forma aberta, participativa e com envolvimento dos sindicatos. Enfatizou que qualquer negociação impacta em curto, em médio e em longo prazo e que os fundos previdenciários precisam manter sua capacidade financeira.

Mônica Maria disse que o reajuste geral foi para todos, tanto para os professores da ativa como para os aposentados, porém a alteração de níveis não



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

foi para todos. Afirmou que a lei garante que os aposentados com direito à paridade também sejam contemplados com a mudança dos níveis.

Rosilene Barros acrescentou que, em razão de as alterações de níveis não se estenderem aos aposentados, os professores habilitados com curso superior passam a receber valor correspondente ao do nível médio da carreira.

A presidenta disse haver problemas no som de Afonso César.

Às 15h34min, a presidenta prorrogou a reunião por uma hora.

Rosilene Barros mencionou a fala de Gleison Pereira. Questionou o que mudou no orçamento da PBH para que o trabalhador aposentado não caiba mais no orçamento. Disse considerar balela a fala de que o problema deva ser analisado em longo prazo, pois os aposentados com direito à paridade são somente os que entraram no serviço público até o ano de 2003.

Afonso César expressou sua concordância com a fala de Gleison Pereira de que, se houver algo ilegal ou inconstitucional, alguma instância fará a devida correção.

Registre-se que Afonso César ficou sem som.

A presidenta disse considerar falta de respeito as falhas do som da PBH na audiência. Enfatizou que a PBH precisa se organizar nesse sentido, caso contrário o secretário terá que ser convocado para comparecer à CMBH.

Registre-se que Afonso César recuperou o som.

Afonso César destacou a necessidade de que o fundo seja atuarialmente sustentável. Em relação à questão mencionada sobre os 13 professores aposentados, da Educação Infantil, sugeriu que seja feita uma petição à PBH solicitando a análise particular desse caso. Com relação às carreiras, disse que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sempre haverá polêmicas a serem tratadas. Afirmou que a carreira dos professores, dentre todas as carreiras da PBH, foi a única criada com 24 níveis. Falou sobre o histórico da criação da carreira dos professores. Disse que a lei criou um salto natural para o professor das séries iniciais. Explicou que o professor enquadrado entre os níveis 1 a 9 era reposicionado no nível 10 quando conclua alguma habilitação. Disse acreditar que essas polêmicas sobre a carreira existem em função dessa reorganização da carreira da Educação Infantil. Disse que o piso criado pela lei nacional para o magistério diz respeito aos professores, e que é pertinente que outras carreiras lutem por seu piso.

A presidenta abriu a palavra para os seguintes inscritos: a) as representantes do Coletivo de Aposentadas do Sind-Rede/BH, Terezinha Rocha, Eliane Guedes, Stefânia Padilha Costa e Rosemeire Rodrigues Silva e d) o professor municipal aposentado Ramon Corrêa de Abreu.

Terezinha Rocha disse que há mais de um mês esta audiência vem sendo organizada e que o fato de não haver nenhum representante do Executivo presente na reunião é um exemplo de como a PBH e a maioria dos parlamentares trata os aposentados. Perguntou a Gleison Pereira qual política para os aposentados existe hoje no Município. Disse que a única que conhece é a política de prova de vida, e que a PBH nunca convidou os aposentados para debater outros temas. Solicitou ajuda a Afonso César para explicar ao prefeito Fuad Noman que a quebra da carreira da Educação e a retirada de direitos dos aposentados é uma economia péssima para o Município. Explicou que não existe serviço público de qualidade sem investimento no servidor. Destacou aperfeiçoamento profissional feito pelos professores durante anos de trabalho. Afirmou que o Município possuía



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

uma rede pública de Educação de referência nacional e que o governo atual está destruindo. Perguntou ao prefeito Fuad Noman se ele deseja entrar para a história como o prefeito que destruiu a Educação pública. Disse considerar golpe a quebra da carreira que aconteceu quando da aprovação da lei municipal, no ano passado. Afirmou que esse projeto político parece muito econômico, mas ele representa a destruição da rede pública de ensino de qualidade, e que a CMBH precisa estar atenta a isso. Disse que, do ano de 2020 até hoje, o Município tem andado para trás. Destacou que carreira e piso devem caminhar juntos.

Sobre qual seria a política da PBH para os aposentados, Gleison Pereira respondeu que a política principal da PBH é garantir a manutenção do pagamento. Afirmou que, na separação dos fundos, ocorrida entre os anos de 2011 e 2012, ficou manifesta a principal política da PBH e ela tem se mantido transparente e coletiva, ou seja, com participação intensa e permanente dos sindicatos. Disse ter havido um salto com a criação de fundo previdenciário para garantir recursos para pagamento das aposentadorias. Sobre a PBH não colocar os aposentados no orçamento, disse que isso não é verdade, pois, a cada elaboração de orçamento, há o dever de previsão dos recursos destinados para aposentadoria.

Sobre a coparticipação dos sindicatos no Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS, Wanderson Rocha destacou que a coparticipação, enquanto conselheiros, dá-se somente em relação à verificação da saúde atuarial da previdência. Enfatizou que os conselheiros nunca são consultados em relação a índices de reajuste a serem implementados para os servidores. Sobre os fundos previdenciários, disse que não existe *déficit*. Afirmou que a PBH tomou uma decisão política de segregação de massas quando criou um



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

fundo para novos servidores que entraram após 2012 e o Fundo Financeiro - Fufin - para os servidores que entraram até 2012. Disse que o Fufin era composto pelo patrimônio da extinta Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Beprem, e que esse patrimônio foi construído pelos servidores. Afirmou que a PBH, na época, sem consultar os servidores, teria optado por incorporar esse patrimônio e repassar para o Fufin o valor dos bens que foram vendidos. Acrescentou que, há muitos anos, não houve recolhimento da contribuição dos servidores públicos para a previdência. Disse que a PBH não pode alegar que isso seja déficit, pois a PBH assumiu esse passivo e isso constitui dívida da PBH para com a previdência.

Registre-se que a palavra seguiu aberta para os inscritos.

Stefânia Padilha mencionou Afonso César e falou sobre o histórico de seu antigo apoio à luta da categoria dos professores. Disse contar com seu trabalho militante em favor da categoria. Sobre a fala de Gleison Pereira, disse que ele jogou com a verdade. Questionou a ele se, então, quando da criação da Constituição Federal - CF, no ano de 1988, os governantes da época não tinham responsabilidade em longo prazo com os servidores. Questionou também qual capítulo da CF diz que tem que matar quem está vivo hoje para manter quem estará vivo daí a 80 anos. Afirmou que, quando aposentou, sabia que não haveria mudança de nível para os aposentados, mas o que não pode acontecer é ter o nível congelado financeiramente. Disse considerar a manobra da PBH como um golpe para congelar o nível em que o servidor, com direito à paridade, se aposentou.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Rosemeire Rodrigues reafirmou a fala sobre ser um desrespeito a ausência dos representantes do Executivo em forma presencial na audiência. Solicitou aos colegas da ativa que não deixem perder o trabalho de construção do plano de carreira, feito pela categoria durante tantos anos de trabalho. Mencionou a prestação de contas da PBH que demonstrou a ótima situação financeira do Município. Afirmou que, quando é para tratar de direitos dos servidores, dizem que não há recursos. Declarou que a PBH fez uso do patrimônio do servidor, constituído pelos bens da Beprem, inclusive o clube da entidade, e não retornou o valor para o Fufin.

Eliane Guedes exibiu cartaz com informação sobre a decisão do prefeito Fuad Noman de descongelar os tempos de quinquênio e férias-prêmio do pessoal da ativa. Disse que considera um absurdo os servidores terem que pleitear mínimos direitos, e que assim também é em relação aos aposentados. Questionou a reorganização de níveis, feita pela PBH, prejudicando os aposentados. Falou sobre sua história enquanto servidora da PBH e reforçou que o salário dos aposentados só vem caindo. Questionou a ausência de representantes do Executivo, em forma presencial, na reunião. Afirmou que a quebra da regra da paridade é um golpe. Fez referência a episódios da luta da categoria na carreira. Citou votação ocorrida na CMBH, no ano passado. Disse que o registro dos nomes dos parlamentares que votaram contra os professores aposentados será lembrado nas eleições de 2024.

A presidenta solicitou a Afonso César que providencie, até o término da audiência, o agendamento de reunião com o prefeito Fuad Noman.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ramon Corrêa disse considerar ridícula a participação da PBH na audiência. Declarou sentir vergonha alheia da posição de Afonso César em relação à categoria. Afirmou que sairá da reunião satisfeito em razão de o Sind-Rede/BH ter comprado a pauta dos aposentados, e que isso aconteceu somente porque os aposentados se movimentaram nesse sentido. Citou caso de professora que se aposentou com metade do salário que recebia na ativa. Disse que a PBH determinou que ela ressarcisse metade do valor dos salários que teria recebido como se estivesse na ativa, durante os três meses entre seu pedido de aposentadoria e a concessão do direito pela PBH. Sugeriu que seja constituída uma comissão conjunta com o Sind-Rede/BH e a CMBH para resolver esses problemas que têm se repetido com frequência. Destacou que a categoria tem força suficiente para destruir a carreira dos parlamentares que não apoiam esta luta.

Wanderson Rocha disse que a questão está sendo discutida judicialmente, porém o processo judicial é lento e o que se quer agora é uma decisão política em razão de ela ser mais rápida. Afirmou que o Sind-Rede/BH poderá consultar a categoria sobre a possibilidade de desistência da ação judicial, caso a PBH se comprometa a resolver o problema.

O vereador Bruno Pedralva disse que a grande revolta de todos é que todos sabem que não é uma questão jurídica, e sim política, para não valorizar seus trabalhadores e não garantir o reajuste aos seus aposentados. Afirmou ser necessário convencer o prefeito de que isso foi injusto. Declarou que muitos professores estão vencendo o processo judicial, mas isso precisa ser resolvido na via política. Pediu licença para retirar-se da reunião. Mencionou a luta de Vera



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Victer, mãe do vereador Pedro Patrus, que faleceu nesta data. Disse que ela foi uma lutadora pelo reconhecimento da Assistência Social como política pública.

A vereadora Iza Lourença destacou a importância da realização desta audiência. Reforçou a reivindicação feita ao prefeito Fuad Noman para que receba as trabalhadoras aposentadas. Disse que ele fez esse compromisso nesta Casa e isso precisa ser cumprido. Reafirmou que as emendas propostas pelo Sind-Rede/BH ao projeto de lei de reajuste da categoria precisam ser aprovadas e disse que buscará o maior número possível de parlamentares para assiná-las. Declarou que o que garante a vitória para a categoria é a luta. Parabenizou a todos pela realização da audiência e colocou-se à disposição para colaborar.

Afonso César disse que a sensibilidade de cada um é capaz de mostrar que, quando se muda de lugar, muda-se o foco de gestão. Afirmou que hoje tem que fugir da gestão corporativa de categoria e fazer gestão pública de Educação. Sobre a fala de Ramon Corrêa de Abreu, declarou não ter do que se envergonhar, pois participou de uma luta que deixou um inventário de normas hoje consolidadas. Sobre a fala de Wanderson Rocha a respeito da criação dos fundos previdenciários, disse que, na época, havia ciência de que o Fufin geraria um déficit entre aspas, virtual, de 12 bilhões de reais. Disse que houve permissão legal para que, ano a ano, a PBH repusesse esse valor. Afirmou que o histórico do trabalho realizado pela Educação deixou um rastro de vantagens para a categoria. Declarou que intercederá, junto ao secretário municipal de Educação, para que busque o agendamento de reunião do prefeito Fuad Noman com os professores aposentados. Destacou que, em poucos locais do País, será encontrada uma rede

